

Atitudes Conflitantes

O governo tomou duas atitudes conflitantes em relação ao consumidor. Na redução das alíquotas de importação de bens de consumo, tornou sapatos, motos, bicicletas e eletrodomésticos importados mais acessíveis, mas o primeiro dia da liberação dos preços dos combustíveis mostrou falhas na comunicação oficial, com prejuízo para os consumidores e grave arranhão na credibilidade do Plano Real.

A redução dos impostos de importação de 122 produtos, com a programação das alíquotas até o ano 2000, faz parte do compromisso do Brasil de liberalizar a economia, no processo de globalização comercial, a partir do Mercosul. A queda veio em momento adequado.

Diferente das circunstâncias do ano eleitoral de 1994, quando o interesse de garantir o sucesso do Real e o temor do repique da inflação (pelo aquecimento do consumo) levaram o governo a precipitar a queda geral das tarifas de importação para que a concorrência externa inibisse especulação com produtos do mercado interno.

Em alguns casos a queda foi tão brusca que as importações superaram as expectativas. O governo teve de reduzir a velocidade da abertura e retomou no começo do ano passado os níveis tarifários anteriores.

Agora os empresários da área eletro-eletrônica garantem que os níveis de 30% a 35% são perfeitamente suportáveis e estarão em condições de competir quando as tarifas caírem para 20% a 26% a partir de 1998. O governo agiu preventivamente. O extraordinário crescimento nas vendas de aparelhos eletro-eletrônicos, em decorrência da recuperação do poder de compra dos assalariados das classes C e D, já estava começando a provocar gargalos entre oferta e demanda. Facili-

dades a produtos importados funcionam como regulador de mercado.

O caso dos combustíveis, é mais complexo. Parte do governo — o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, responsável pelo Proálcool, e o das Minas e Energia, responsável pela Petrobrás — pleiteava o reajuste dos combustíveis para salvar o Proálcool e tirar das costas da Petrobrás o ônus de bancar subsídio a produto gravoso.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, que respondem pelo controle da inflação e do Orçamento da União, resistiam ao reajuste para não abandonar a regra da periodicidade anual nos aumentos de preços, uma das premissas da desindexação da economia. A solução veio sob a forma de liberação dos preços. Com a experiência de 21 meses sem controle de preços, o governo apostou que a concorrência baixará os preços dos combustíveis. É o que ainda esperam os consumidores.

Mas o desencontro de informações (enquanto a ministra Dorothéa Werneck apressava-se a anunciar semana passada o aumento médio de 10% nos combustíveis, a área da Fazenda procurava esvaziar o assunto) acabou gerando falhas na persuasão oficial contra o vício nacional de reajustar a qualquer pretexto, como fizeram as prefeituras com o ICMS.

O primeiro dia de liberação não passou de eufemismo para os inescrupulosos donos de postos que aumentaram os preços nas bombas até 30%. Diante do forte efeito psicológico que a gasolina, o álcool e o diesel exercem sobre a inflação, o governo tem de agir rápido. É preciso coibir os abusos e evitar que os fretes de caminhões e as tarifas de ônibus disparem, minando a confiança no programa de estabilização.